



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

**PARECER PRÉVIO Nº 075/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10015/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Beruri.

**4- Exercício:** Exercício 2011.

**5- Responsável:** Sr. José Domingos de Oliveira, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 190/2014 (fls. 949/951).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 04/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl. 952).

**8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2011.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a  
desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo do Município de Beruri a **DESAPROVAÇÃO** das Contas, referente ao exercício de 2011, do Prefeito, **Sr. José Domingos de Oliveira**, na qualidade de Agente Político, em razão das irregularidades listadas nas Notificações n.2/2012, às fls. 294/318; n.18/2013, às fls. 810/813; n.20/2013, às fls. 816; n. 70/2014, às fls. 922/923; e n. 68/2014, às fls. 924/925 do Processo.

**10- Ata:** 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de dezembro de 2015.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 075/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Relatora

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 075/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 075/2015)**

**1- Processo TCE nº 10015/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Beruri.

**4- Exercício:** Exercício 2011.

**5- Responsável:** Sr. José Domingos de Oliveira, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 190/2014 (fls. 949/951).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 04/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl. 952).

**8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2011.

*Alcance. Contas irregulares. Multa. Prazos.  
Recomendação ao MPE. Determinações à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1- Considerar em alcance**, nos termos do art. 304, III, da Res. nº. 4/2002) o **Sr. José Domingos de Oliveira**, na importância de **R\$ 596.269,58** (quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), em razão dos alcances listados no relatório/voto:

**9.1.1- R\$ 541.995,73** (quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos), referentes ao item constante na Diligência do Ministério Público de Contas, à fl. 931, devido a não cobrança judicial de dívida ativa dos valores constantes na conta diversos responsáveis do Balanço Patrimonial;

**9.1.2- R\$ 31.473,51** (trinta e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos), referente a não contabilização dos recursos do FUNDEB 60 e 40 demonstrados na tabela de fls. 932/933, dos autos;

**9.1.3- R\$ 22.800,34** (vinte e dois mil, oitocentos reais e trinta e quatro centavos), referente às despesas do FUNDEB 60 e 40, individualmente especificadas às fls. 933/934, dos autos;

**9.2- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para que recolha o valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, “a” da Lei nº. 2423/96 e art. 308, §3º, da Res. n. 4/2002). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a **inscrição na Dívida Ativa** do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

**9.3- Julgar irregular**, nos termos dos arts. 18, II, da LC nº. 6/1991, c/c artigo 1º, II, art. 22, III, “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a **Prestação de Contas do Prefeito do Município de Beruri**, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor José Domingos de Oliveira, na condição de



**ACÓRDÃO Nº 075/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 075/2015)**

Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, em razão das impropriedades listadas no relatório/voto, que devem ser partes integrantes do Acórdão;

**9.4- Aplicar multa ao Senhor José Domingos de Oliveira**, no montante de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito mil e vinte e cinco centavos), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº. 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas no relatório/voto de nºs. 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34;

**9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** (art. 174 do RI) para que o **Sr. José Domingos de Oliveira**, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (art. 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no art. 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Res. nº. 04/2002 – RITCE;

**9.6- Recomendar ao Ministério Público junto** a esta Corte de Contas que, se for o caso, represente junto ao Ministério Público Estadual os ilícitos cometidos pelo Sr. José Domingos de Oliveira, Prefeito do Município de Beruri e Ordenador de Despesas, à época, encaminhando cópias autenticadas dos autos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, tudo nos termos do art. 129, da CR/88, c/c arts. 114, III, da Lei n. 2423/1996 e art. 54, XII, da Res. nº 04/2002-RITCE;

**9.7- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que:

**9.7.1-** Encaminhe à atual Administração daquele Município, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

**9.7.2-** Notifique o Senhor José Domingos de Oliveira, Prefeito Municipal de Beruri e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

**9.7.3-** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

**10- Ata:** 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de dezembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Relatora

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 075/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 075/2015)**